



Anais da Assembléia

Nº 55

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 80ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1976

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sató, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Fabiano Braga Cortes, Hélio Manfrinato, David Federmann e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Camargo**). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (**Paulo Camargo**). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 44/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 23/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Indianópolis, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar Duque de Caxias e o Grupo Escolar de Indianópolis, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 44/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Indianópolis, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funciona a Casa Escolar Duque de Caxias e o Grupo Escolar de Indianópolis, da sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO - presidente

IVAN RUPPEL - relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 23/76

I - A presente Proposição oriunda da Mensagem Governamental nº 154/75, visa submeter à apreciação desta Assembléia Legislativa, em obediência, a dispositivos constitucionais, o convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Indianópolis, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar Duque de Caxias e o Grupo Escolar de Indianópolis, da sede do referido município.

II - Firmar convênio conforme dispõe o artigo 47, inciso IX, da Constituição do Estado, é da exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo, ad referendum da Assembléia Legislativa do Estado.

III - Em assim sendo, somos de parecer que nada pode obstar a livre tramitação da Proposição nesta Casa de Leis, e nosso parecer portanto é pela sua aprovação, obedecido os termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO - presidente

IVAN RUPPEL - relator

Em discussão - Encerrada a discussão. - Em votação o Projeto de Resolução. - **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quinta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 44/76.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1976.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Otássio Pereira.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Fabiano Braga Cortes, Hélio Manfrinato,

David Federmann e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Levi Iensem, ocorrido no dia de ontem no município de Ipiranga.

O extinto exercia o cargo de Vice-Prefeito e era uma das pessoas mais estimadas do município.

Requer, outrossim, se dê ciência à respeitosa família do falecido dos votos em questão.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1976.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja inserto na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações, ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, pela aceitação da transformação de áreas rurais em “refúgio particular de animais nativos”.

Requer, ainda, que da decisão da Casa se dê conhecimento à Presidência do IBDF em Brasília e à Delegacia Regional do órgão sediada nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1976.

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Se penoso e dispendioso à União controlar a preservação de suas áreas devolutas, o que se dizer de glebas do domínio particular. A medida vem a propósito, feita por meio de portaria específica baixada pelo Presidente do órgão para cada caso, de acordo com o requerimento dos interessados.

Embora adotada em meados do ano passado, apenas agora começa a repercutir entre os fazendeiros interessados em preservar a fauna de suas propriedades.

Os especialistas do IBDF acreditam que a proibição à caça em áreas particulares poderá contribuir de maneira considerável para a proteção da fauna no País. Qualquer proprietário de fazenda pode solicitar ao IBDF a declaração, desde que apresente a escritura do imóvel e um requerimento sobre o assunto.

A fiscalização da fazenda fica a cargo do proprietário, embora as autoridades florestais estaduais possam também colaborar.

A partir da declaração, o interessado deve apenas comunicar às autoridades policiais e judiciais, bem como à imprensa do município que abrange a sua propriedade, que a área foi reconhecida pelo Governo Federal como “refúgio natural de animais nativos”.

Acredito ser a medida de mais alto significado para a incipiente defesa da fauna em nosso Estado, vindo de encontro aos anseios maiores do Governo e Povo paranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para que encaminhe um expediente ao

Diretor da TELEPAR, para que instale com a máxima urgência um Posto Telefônico nos distritos: BRASILÂNDIA, MIRANTE DO PIQUIRI, PAULISTANA, SALTINHO DO OESTE, no município de Alto Piquiri.

Os distritos acima mencionados, pela sua pujança de seu desenvolvimento agrícola, industrial, torna-se carente deste atendimento com a máxima urgência.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, no sentido de que determine seja implantado o sistema de eletrificação rural, no distrito de Apiaba, município de Imbituva, bem como nas localidades denominadas Lontrão e Boa Vista.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1976.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Possui tais localidades, um número considerável de habitantes, sendo na sua grande maioria lavradores.

É indiscutível que para melhor e eficiente desempenho de suas atividades agrícolas e pastoris, o sistema de implantação de eletrificação rural, em muito contribuirá, facilitando o seu trabalho e melhorando as suas condições de vida.

É conveniente lembrar que aquela região tem procurado integrar-se na conjuntura nacional, acelerando suas atividades a fim de acompanhar o progresso crescente em que se encontra nosso País.

Além de vários outros produtos, produzem também soja, além de dedicar-se à criação de animais.

Assim sendo, acreditamos possuir aquela localidades, todos os requisitos para merecer tal benefício e, diga-se de passagem, que esta é uma aspiração já antiga e por diversas vezes reivindicada por aquela gente.

Conseqüentemente, solicitamos aos ilustres pares o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à Superintendência Regional da Receita Federal reivindicando a instalação de um posto do órgão na próspera cidade de Mandaguari, tendo em vista que o atual posto de Maringá, será elevado à categoria de Delegacia Regional.

A providência virá atender justa aspiração dos coestaduanos radicados no importante município, manifestada por intermédio do operoso Vereador José Lázaro Pereira.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

PROJETO DE RESOLUÇÃO.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica atribuída ao Governador e Vice-Governador do Estado uma ajuda de custo mensal, a título de mordomia, de valor igual aos respectivos subsídios e automaticamente reajustável sempre que o valor destes sofrer alterações.

Parágrafo único — A ajuda de custo de que trata este artigo, só será devida enquanto o Governador e o Vice-Governador não disponham de residência oficial.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1976.

(aa) OSVALDO MACEDO

IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

É de competência exclusiva da Assembléia Legislativa dispor sobre a remuneração do Governador e Vice-Governador do Estado (Art. 22, inciso II, da Constituição Estadual).

Os subsídios e representação do Governador do Estado estão fixados pela Resolução nº 6/66, de 02 de dezembro de 1966, em quantum correspondente a dois terços (2/3) dos subsídios e representação atribuídos ao Presidente da República, os quais por sua vez, foram fixados pelo Decreto Legislativo nº 76, de 06 de dezembro de 1973, do Congresso Nacional, publicado no Diário Oficial da União, de 07 do mesmo mês e ano.

Considerando-se, que, com a aprovação, em vias de concretizar-se, dos novos vencimentos da magistratura, os Desembargadores do egrégio Tribunal de Justiça passarão a perceber remuneração que ultrapassará sensivelmente o valor da atribuída ao Governador do Estado; considerando-se que os Governadores, na totalidade, com exceção do Paraná, percebem, além dos subsídios e representação, verbas chamadas de mordomia, além de possuírem residência oficial, o que aqui também não ocorre, entendem os subscritores deste Projeto de Resolução que é de inteira justiça a medida que preconizam, de atribuir uma ajuda de custo especial ao Chefe do Poder Executivo e seu substituto legal, a fim de compensar-lhes a defasagem remuneratória em que se encontram em relação aos seus colegas da Federação.

Esperam, pois, merecer o apoio de seus nobres pares para a presente iniciativa.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 62/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A Lei nº 6416, de 03 de julho de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I — O parágrafo único do artigo 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º —

Parágrafo único — “Na Capital, o registro de Hotéis e Similares será efetuado junto à Delegacia de Costumes após despacho final do Diretor da Polícia Civil, o qual também assinará o respectivo Alvará de funcionamento”.

II — O artigo 16 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 — As fichas de hospedagens serão fornecidas pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e: devem ser preenchidas pelos pretendentes à hospedagem e que se encontram em trânsito na cidade onde existir o estabelecimento”

Parágrafo único — Esta formalidade poderá ser dispensada por parte do responsável pelo estabelecimento, quando os pretendentes à hospedagem residem na mesma cidade e região metropolitana”.

III — O artigo 19 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19 — As fichas de hospedagem deverão ser encaminhadas a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), dentro de 24 horas, após o preenchimento da mesma, ficando a 1ª via arquivada na aludida Repartição Policial pelo prazo de 2 anos.

IV — O parágrafo único do artigo 33, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33 —

Parágrafo único — “Se a cassação das atividades do estabelecimento que tiver origem na esfera Municipal, a respectiva

autoridade dará ciência do ato e seus motivos à Delegacia de Costumes, para a cassação do registro”.

V — O artigo 37 revogados os seus incisos e alíneas passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37 — Por falta de registro policial junto a Delegacia de Costumes ou junto a Delegacia competente da localidade nas cidades do interior, o estabelecimento infrator estará sujeito a multa de dez (10) salários mínimos maior do Estado, independente de sanção penal”.

VI — O artigo 38 e seu parágrafo único passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38 — A autoridade competente para aplicar as penalidades previstas por esta Lei no âmbito policial, é o titular da Delegacia de Costumes em se tratando de estabelecimento situado na Capital do Estado e para as cidades do interior, pelo titular da Delegacia que tiver jurisdição sobre o estabelecimento, cabendo recurso para o Diretor da Polícia Civil no prazo de dez (10) dias contados na notificação da aplicação da pena”.

Parágrafo único — “Quando se tratar de pena aplicada por Delegacia Policial do Interior, caberá recurso com efeito suspensivo ao Delegado Chefe da Divisão Policial do interior, o qual sempre deverá tomar conhecimento da aplicação de qualquer sanção”.

VII — O artigo 43 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43 — Os termos de verificação da infração será lavrado em duas (2) vias quando se tratar de procedimento instaurado na Capital, e, em três (3) vias quando o procedimento for lavrado no interior, devendo uma das vias ficar com o infrator e outra ser encaminhada à Delegacia de Costumes. Tratando-se de autuação em estabelecimento do interior, uma das vias ficará com o infrator, outra com a Delegacia que verificar a infração e outra a Divisão Policial do interior”.

VIII — O artigo 44 e seus parágrafos passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44 — O estabelecimento hoteleiro similar deverá recolher as seguintes importâncias:

Classe “A” — luxo Cr\$ 10,00

Classe “A” — Cr\$ 15,00

Classe viajantes e pensões — Cr\$ 20,00

Motéis — Cr\$ 93,00.

A tabela acima corresponde a cada unidade locativa, compreendendo suíte, apartamentos ou quartos, como taxa mensal instituída em favor do FUNRESPOL”.

§ 1º — Os recolhimentos acima deverão ser feitos até o décimo dia de cada mês vencido sob pena de multa de cem (100) por cento sobre o valor total da obrigação.

§ 2º — A taxa deverá ser recolhida ao Banco do Estado do Paraná em nome do FUNRESPOL, devendo o contribuinte encaminhar a 2ª via do depósito à Delegacia de Costumes que a remeterá ao FUNRESPOL”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1976.

(aa) JURANDIR MESSIAS

QUIELSE CRISÓSTOMO

ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

A Delegacia de Costumes, na Capital do Estado, é o órgão competente e designado pela Secretaria de Segurança Pública, para junto com o órgão especializado da Prefeitura Municipal de Curitiba, examinar os pedidos de Alvará de funcionamento de estabelecimentos comerciais de qualquer espécie.

Tratando-se, portanto, de uma delegação da Secretaria de Segurança Pública e perfeitamente adequado aos propósitos administrativos, a atribuição de fiscalização e aplicação de sanções em casos de infrações, à Delegacia de Costumes, no âmbito

policial.

Para os estabelecimentos situados no interior a competência é atribuída às Delegacias locais sob a supervisão das Divisionais, que, além do mais, o artigo 9º do presente projeto de lei, proporcionará aos cofres públicos, maior arrecadação, sem que venha representar um grande ônus aos estabelecimentos hoteleiros.

PROJETO DE LEI Nº 63/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado, com território desmembrado do município de Maria Helena, o município de Douradina, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas: Partindo da confluência do córrego Peroba com o rio Indo-Ivaí; seguindo pelo referido rio limitando com o município de Umuarama, até a foz do Rio Ivaí; seguindo rio acima limitando com o município de Santa Cruz do Monte Castelo, adiante com o município de Santa Isabel do Ivaí; Rio Ivaí acima até a foz do Rio das Antas; sobe por esse limitando com o município de Tapira; por essa divisa no referido rio até a foz do Ribeirão das Antas, com o córrego Grande, nas divisas do município de Maria Helena; continua pelo córrego Grande acima até a confluência do córrego São Pedro, aí sobe por esse, limitando com o município de Maria Helena, até a estrada que liga a sede municipal com o povoado de Carboneira; por essa estrada em reta até aos limites do município de Umuarama; na estrada para Ivaté, continua por essa ao mesmo tempo que divide com o município de Umuarama, posteriormente deixando a estrada e seguindo pela divisa inter-municipal, até o ponto de partida. Dentro do perímetro aqui descrito estão os povoados de Indo-Ivaí, Vila Formosa, São José, São Miguel e sede distrital, chamada cidade Douradina.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1976.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Douradina, vem apresentando um surto de desenvolvimento dos mais destacados da região do Noroeste paranaense.

A comunidade local, integrada de famílias que há longos anos vêm labutando para o crescimento daquela promissora região do nosso Estado almeja agora a sua autonomia e o reconhecimento como município.

Pelas estatísticas oficiais, estão plenamente preenchidos os requisitos essenciais estabelecidos através da Lei complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967, que anexamos ao presente.

Nestas condições, temos a certeza de que o processo se encontra em situação de ter a sua tramitação nesta Casa Legislativa, e que por certo contará com o apoio dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O item Segurança do Pedestre, deve necessariamente constar dos planos administrativos do Governo, imbuídos no propósito de bem desempenhar as relevantes funções.

Por isso muitas providências já foram tomadas neste sentido pelos Executivos, Estadual e Municipal, notadamente na proteção dos escolares através da sinalização junto à via pública e destacamento de policiais militares para orientarem os motoristas e os pedestres.

A melhoria do sistema porém tem se constituído em mo-

tivo de preocupação das autoridades públicas, considerando o elevado número de acidentes fatais que tem ceifado preciosas vidas da nossa sociedade.

Ainda recentemente a população curitibana foi tomada de viva comoção quando uma estudante foi morta em via pública do Bairro do Xaxim, na Capital do Estado do Paraná. Além deste lamentável acidente, de acordo com o levantamento feito pelo IPPUC, nos meses de janeiro a março, foram registrados 11 atropelamentos com morte de escolares, 33 com ferimentos graves e 26 com ferimentos leves.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a administração do engenheiro Saul Raiz anuncia, através do Presidente do IPPUC, engenheiro Lubomir Picinsky, algumas providências que acredito muito oportunas para que este problema ao menos em parte seja equacionado. Anuncia o Dr. Lubomir, serão construídas faixas para pedestres em toda a frente das escolas situadas em ruas asfaltadas. Também serão construídas grades, para que os estudantes não atravessem fora da faixa; em todas as ruas que passem defronte às escolas, serão instalados semáforos manuais, para que o próprio guarda possa analisar o trânsito; também serão colocadas placas anunciando "Via Preferencial", e outras anunciando "Zona Escolar"; e como última solução, todos os guardas serão munidos com rádios, para melhor controlarem o trânsito nas áreas próximas, evitando também o congestionamento.

A preocupação do IPPUC, completa o Sr. Lubomir Picinsky, não se limita apenas a zonas escolares mas também, de acordo com levantamento feito pelo DETRAN onde são especificadas as zonas de maior movimento e onde necessariamente se fazem presentes elevado número de pessoas, serão melhoradas as sinalizações, pela troca de semáforos, iluminação adequada e, principalmente, com a execução de calçamentos, para evitar o tráfego de pedestres na pista.

Outrossim, informa o Diretor-Presidente do IPPUC, em nome do Prefeito Municipal, a construção de 12 lombadas próximas a escolas da Capital do Estado do Paraná, evitando consequentemente, que motoristas menos avisados imprimam em seus veículos, altas velocidades, trazendo como consequência ocorrências lamentáveis como as que se registraram por várias vezes em Curitiba.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifestamos desta tribuna a nossa solidariedade a estas medidas que vêm sendo adotadas, e que certamente serão completadas com estes planos trazidos a público, para que haja a necessária segurança e tranquilidade da população.

Era o que nos trouxe à tribuna, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Enéas Faria. (Ausente).

— Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. (Ausente).

— Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, também inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última semana o Governo Federal, através do Ministério da Justiça enviou ao Congresso Nacional a lei que disciplina a próxima campanha eleitoral de âmbito nacional.

Os políticos, de u'a maneira geral, têm se manifestado a respeito deste Plano de Lei; a imprensa escrita e falada tem tecido comentários a respeito disto.

Desejo, no "introito", da apreciação deste plano de lei, ler, para que conste dos Anais desta Casa, um artigo publicado hoje no jornal "O ESTADO DO PARANÁ", do escritor Carlos Eduardo Novaes.

Já afirmei nesta Assembléia, que os Anais de um Parlamento constituem o melhor repositório da história de um povo; através do poder eminentemente popular da política, se

consegue deixar fixar, na história de uma Nação, de um Estado, os fatos do dia a dia. Reputo de importância fundamental a apreciação que um literato faz, do presente plano de lei, intitulado "As aparências Enganam? Então, Vivam as Aparências": (LÊ):

"O MDB está esperneando. Esperneando, diante do novo projeto que regula a propaganda eleitoral. Seus representantes esbravejam (em termos, é claro), num dos quatros cantos do País — os outros três cantos pertencem À ARENA — enquanto seu Presidente lança uma declaração de protesto (em termos, é claro), rapidamente repelida pela ARENA que, agindo sempre como leão-de-chácara do nosso arraial político, considerou-a leviana, demagógica e contrária ao aperfeiçoamento das instituições".

Por que, então, nos mandam logo o MDB para casa e criam um outro partido a favor da ARENA e do aperfeiçoamento das instituições?

O protesto do MDB não tem fundamento. Afinal, o MDB está querendo, o quê? Ganhar as eleições? Já não bastou em 74? Quer ganhar novamente? E depois? Ganha a próxima e a próxima e a próxima e vai acabar-se com o direito de aspirar ao Poder. Aspiração que, convenhamos, contraria, frontalmente, o aperfeiçoamento das instituições. O MDB deveria estar-se sentindo muito feliz por poder ainda participar da brincadeira. Eu era capaz de jurar, pensando nos resultados de 74, que a nova lei da propaganda eleitoral passaria a vigorar com a seguinte redação: "A propaganda eleitoral no rádio e na televisão será extensiva a todos os partidos políticos do País, cujos nomes comecem com a letra A".

O projeto não permite que os candidatos a prefeito ou a Vereador apareçam ao vivo nas televisões nem nas rádios. Todos serão identificados através de sua fotografia, nome e profissão (quem tiver). A medida, permitam-me, merece os maiores aplausos já que retrata — ou fotografa — o esforço para eliminar as diferenças entre os candidatos, sempre tão nocivas ao aperfeiçoamento das instituições. Se todos são iguais perante a lei, devem sê-lo também o eleitorado. Os privilégios não são próprios de uma democracia.

Não é justo, portanto, que se abra os microfones das emisoras aos candidatos mais cultos, mais inteligentes, mais idealistas, em detrimento de outros só porque são analfabetos. Aliás, para tornar ainda mais democrático o pleito sou a favor de que todos os candidatos apareçam, em suas fotos, com um capuz na cabeça. Quer dizer que os candidatos não poderão falar? Perguntou o jornalista.

Claro que poderão — respondeu a autoridade — poderão falar sobre o que quiserem, futebol, samba, carnaval, receitas de bolos...

E sobre política?

Política? Para que falar sobre política? Então, para ficar repetindo o que todo mundo já sabe? Não há necessidade. Nós temos um eleitorado muito politizado, muito consciente dos nossos problemas.

E não seria bom lembrá-los mais uma vez pela televisão?

Não. Televisão, não. Televisão, foi feita para novela. Televisão não foi feita para político. Lugar de político é em comício.

Mas chefe, estamos aí com Intelsat, DDI, meios de comunicação cada vez mais sofisticados. Os tempos mudaram.

Mudaram mesmo? Tem certeza?

Lógico.

Não sei não. Pode ter mudado aqui no Rio mas na maioria dos nossos municípios continua o mesmo.

Durante uma hora diária, pelo período de 30 dias até a antevéspera das eleições, as emissoras de TV estarão levando ao ar as fotografias dos nossos candidatos. Estou na maior curiosidade para saber quantos pontos este programa vai dar no IBO-PE. Acho que o Governo poderia ao menos torná-lo um pouco

mais atraente. Permitir que os candidatos compareçam às televisões após jurar que não abririam a boca, e acenem com um adeusinho para os seus familiares ou melhor ainda: — Consentir que a campanha seja organizada à semelhança dos concursos de miss, com os candidatos apenas desfilando — de bico calado — sobre a passarela ou a plataforma de seus partidos. Ou quem sabe, para dar mais movimentação, permitir que os candidatos sejam aproveitados nas mensagens comerciais. Apareceriam nos filmes publicitários, substituindo os tradicionais modelos...

(Lendo):

"O Senhor tem caspa?

Tinha, mas depois que me candidatei a vereador pela Arena, com o número 36.765, tirei esse peso dos meus ombros.

Ou então parado na porta de uma loja, dizendo: "Aqui na Brastel comprador e candidato a vereador estão do meu lado. Eu, Bonifácio Matriz, candidato número 78.908 pela Arena vou fazer tudo para que você vote conosco, perdão: Compre conosco, palavra de honra".

De uma coisa vocês podem estar certos: Com a campanha pela televisão se restringindo a fotografias a nova fornada de vereadores que vem por aí pode não ser das mais brilhantes — e certamente não será — mas com certeza será das mais charmosas e fotogênicas. No dia seguinte à aprovação do projeto a Arena colocou um anúncio nos jornais: "precisa-se de homens e mulheres interessados em fazer carreira política. Exigências: boa aparência".

— O Senhor aí — chamou um funcionário da Arena ao candidato a candidato, primeiro da fila.

O cidadão aproximou-se. O funcionário observou-o de cima abaixo e comentou: "O senhor sem dúvida será eleito vereador. Tem uma bela estampa. O senhor pratica algum esporte?"

Eu sou halterofilista.

— Era o que eu imaginava. Trouxe as fotos?

O cidadão entregou-as. O funcionário assustou-se:

— Mas o senhor aqui está só de sunga?

— E não pode? Não me disseram nada sobre que foto trazer.

Realmente o projeto não especifica nada sobre as fotografias. Ninguém sabe se serão 3x4, com data embaixo, se vale foto de casamento, do candidato quando era criança, da mulher do candidato no caso deste não ser lá muito fotogênico, tamanho carteira de habilitação, tamanho campanha eleitoral. De qualquer maneira aconselho aos candidatos formados que exibam sua foto de beca e diploma na mão. Sempre ajuda. E atenção: Levem suas fotos somente às emissoras de televisão. As emissoras de rádio não têm nada a ver, como pensam alguns candidatos com radiofotos.

— Bem — comentou o funcionário meio reticente com o halterofilista, — eu não sei se pode. Não sei o que o eleitorado iria pensar do senhor aqui só de sunga nessa pose de Charles Atlas.

— Se o senhor quiser, não tem problema, eu boto uma gravata.

— Acho bom. Dá um ar mais respeitoso.

— Visto um terno também?

— Não. Terno não. A forma de sua campanha está nos músculos. Tire a foto só de sunga e gravata.

O cidadão retirou-se para uma sala ao lado onde havia um fotógrafo de plantão. Aproximou-se uma mulher, muito sensual, e entregou as suas fotos ao funcionário que ruborizou:

— Mas minha senhora que fotos são essas?

— Foram as fotos que fiz para Ele & Ela.

— A senhora vai me desculpar, mas a senhora aqui está só coberta por um guardanapo.

E daí?

— Essas fotos são impróprias para menores?

— Eu sei, mas pelo que me consta todos os eleitores são

maiores.

O funcionário chamou mais um. O cidadão chegou-se tendo ao lado um acompanhante. O funcionário pegou as fotos, examinou o candidato, pediu para virar-se e comentou: "Não é dos melhores, mas eu acho que para Vereador dá. Seria bom, contudo, que o senhor espremesse essas espinhas na cara". Apanhou uma ficha de inscrição e deu ao cidadão para assinar embaixo

— Aqui? Apontou.

— Ele não sabe assinar o nome, — observou o acompanhante.

— Não tem importância. Bota uma cruz.

O funcionário retomou a ficha e começou a anotar os dados pessoais do cidadão perguntando: "Nome completo?". O cidadão nada.

Na terceira vez o funcionário indagou do acompanhante: "Ele é surdo?".

— Não senhor. É mudo.

— Mudo? Então toma — disse devolvendo as fotos. — Os mudos podem aparecer ao vivo".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora, um homem de literatura se sirva do burlesco e do cômico, para traduzir o que representa na sua concepção, acredito que para nós políticos não possa ser observado desta maneira.

Não podemos conceber que seja tirado dos homens públicos, este veículo de comunicação.

Em meu entender, acredito que isso seja um dos maiores atentados que se faz ao poder político desta Nação, o Poder Legislativo.

Democraticamente, o rádio permite que os candidatos cheguem ao povo, não há necessidade do cidadão ser diplomata para saber falar. O que não se pode é exigir que o candidato numa era de progresso e de conquistas no mundo da comunicação, na era da cibernética, ainda nos vejamos privados desse formidável direito de comunicação para divulgação de idéias.

Estou apresentando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um requerimento a esta Casa. Requerimento que objetiva fixar uma posição dos Srs. Deputados desta Assembléia, perante este projeto de lei.

Acredito que todos conhecem na íntegra este projeto, e em função disso já tomaram a sua posição pessoal, e essa posição pessoal, a soma dessas posições pessoais, é que pretendo saber desta Assembléia, para aprovar ou rejeitar o seguinte requerimento: (LÊ):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer consulta ao plenário, para que seja endereçado à bancada paranaense no Congresso Nacional pedido de rejeição ao Projeto de Lei, do Executivo, que impede a candidatos a prefeito e Vereadores, exporem suas campanhas pelo rádio e pela televisão, tendo em vista a necessidade de expressa manifestação desta Casa, como interessada naquele plano de lei pela direta e indispensável participação de seus membros na próxima campanha eleitoral, bem como por ser de transcendental importância a matéria enfocada pelo Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1976.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva-se, com o presente requerimento, expressar a posição dos Srs. Deputados, com relação a Lei Falcão, que disciplina o uso do rádio e televisão para a próxima campanha eleitoral, a fim de servir como elemento valioso na posição de nossa bancada federal, por ocasião que apreciar aquele plano de lei. Por outro lado, todos os membros deste Poder e pela própria natureza deste Poder interessa sobremaneira a disciplina das campanhas eleitorais e leis que visem atingir um modelo político, nunca desvinculado dos postulados básicos

do Estado Democrático".

Este, Sr. Presidente, é o requerimento que passo às mãos de V. Exa.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte?

V. Exa. que traz o célebre "projeto bolha", eu gostaria de saber, se estão previstas proibições de campanha para Presidente da República. Porque eu não concordo quando com o meu partido quando diz que está fechado.

Eu tenho assistido diariamente os teles-jornais, e sei, até de cor, que Carter está na frente dos outros democratas; que Ronald Regan deixou de estar na frente de Gerald Ford; que Kennedy talvez venha a ser atraído pelo Partido Democrático. Então não é justo que estejamos nesta Assembléia a criticar o Governo por proibir propaganda política. Vejam bem, Srs. Deputados, que nós podemos discutir, os jornais estão publicando, Kennedy não gostou do acordo, Estados Unidos e Brasil, e que nas missões do Secretário Kissinger, Simonsen se impôs a este País, a entrega das empresas estatais. Quer dizer, a única dúvida que eu tenho, e gostaria que V. Exa. posteriormente me esclarecesse, é se nós teremos aqui também, eleições primárias. Eu não sei, mas pelas campanhas que estão aí, está na hora de se definir. Era o aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — É uma tarefa um tanto ou quanto internacional, a de responder a V. Exa. com precisão, porquanto dúvidas também toma este Deputado quando vai ao interior do Estado, tentando convencer companheiros a serem candidatos e esses nos perguntam: Mas vai haver eleição?

Só terei condições, Deputado Deni Schwartz de responder a V. Exa. após 15 de novembro, data prevista para a realização

Dou por concluído e muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. ACCIOLY NETO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei a palavra apenas para atender a uma solicitação do eminente Deputado Wilson Fortes, que desejava apresentar à Mesa projeto de lei criando município desmembrado do município de Maria Helena e para que pudesse receber o devido apoio.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ANTONIO FACCI — (Pela ordem). Sr. Presidente, informo à Mesa que projeto idêntico já existe na Casa, de minha autoria, na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando apenas uma certidão do IBGE para ter tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Perfeitamente. Mas nada impede a apresentação do novo projeto.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Jurandir Messias, Quielise Crisóstomo e Adalberto Daros, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Osvaldo Macedo, constante do expediente. — Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 76/74, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Academia de Acordeão de Londrina, com sede na cidade de Londrina. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Em regime de Urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 18/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, que revoga o artigo 25, da Lei 4766, de 16 de novembro de 1963. Pareceres favoráveis da CCJ e CF., por unanimidade. Em regime de Urgência. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 39/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Sociedade de Amigos de Cruzeiro do Oeste SACRO, com sede na cidade de Cruzeiro do Oeste. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Em regime de Urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 43/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 15/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Conselheiro Mairink, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Projeto de Resolução nº 43/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Conselheiro Mairink, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer à Proposição nº 15/76

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Conselheiro Mairink, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da sede do referido município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo, com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
DÁCIO LEONEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento

do Sr. Levi Iensem, ocorrido no município de Ipiranga. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através do Sr. Diretor da TELEPAR, determine a instalação de um posto telefônico em diversos distritos no município de Alto Piquiri. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de que determine seja implantada o sistema de eletrificação rural, no Distrito de Apiaba, município de Imbituva, bem como, nas localidades de Lontrão e Boa Vista. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Superintendência Regional da Receita Federal, reivindicando a instalação de um posto do referido órgão na próspera cidade de Mandaguari. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, pela aceitação da transformação de áreas rurais em "refúgio particular de animais nativos". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente à Bancada Paranaense no Congresso Nacional, em forma de pedido de rejeição ao Projeto de Lei, que impede a candidatos a prefeito e vereadores, exporem suas campanhas pelo rádio e televisão. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 39/76.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 43/76.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 45/76.

Marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 28, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 12/76, 13/76 e de Resolução nºs 39/76, 40/76, 41/76.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA:

PORTARIA Nº 277/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

autorizar as funcionárias, LEONOR HILGERT MORAES - Mat. 078, Taquígrafa, PL "22"; MARIA DO ROSÁRIO MARQUES - Mat. 064, Taquígrafa, PL "23"; a HELENA REGINA STEPHAN - Mat. 076, Taquígrafa, PL "24", todas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16/11/1970, a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de maio de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral